

A ARTE NO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO, CAMINHO INCLUSIVO E DE EMANCIPAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DE HEIDEGGER A PAULO FREIRE

Izabelle Moreno, Mestranda em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF), izabellemoreno@id.uff.br
Mariana da Silva Fonseca, Mestranda em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF), mfonseca@id.uff.br
Cristiane Naegele Bon, Mestranda em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF), cnaegele@id.uff.br
Jacqueline de Faria Barros Ramos, Pós-doutora em Ciência, Tecnologia e Inclusão, jac_ramos@id.uff.br

RESUMO

A proposta prevê uma pesquisa acerca da formação do professor do Ensino Básico pela perspectiva da inclusão, recorrendo à Arte sob os vieses heideggeriano e freiriano, como possibilidade de atuação/discussão do fazer pedagógico. Pela fenomenologia, observamos como a sensibilidade estética promove o reconhecimento das singularidades. Os procedimentos ancoram a proposta na Pedagogia da Diferença e na Filosofia da Deficiência, apontando o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento que capta a existência sensível do estudante com deficiência/neurodivergência. O objetivo é apresentá-lo como instrumento capaz de orientar práticas docentes, éticas e emancipatórias, diante das diferenças múltiplas e interseccionais desses sujeitos. Os resultados serão divulgados nas proposições concebidas e experimentadas a partir deste texto e no repositório <https://projetogalileugalilei.wordpress.com/>, numa iniciativa do Grupo de Estudos “Diálogos transdisciplinares: para que filosofar?”, disciplina ‘Biologia do Saber’.

Palavras-chave: Ensino; PEI; Pedagogia da Diferença; Filosofia da Deficiência; Infâncias.

INTRODUÇÃO

Este artigo tece uma reflexão acerca da formação docente na Educação Básica pela perspectiva inclusiva. Em uma turma, onde a diversidade é parâmetro e a inclusão uma necessidade, quais instrumentos promovem equidade?

Recorremos à Arte, como hipótese interdisciplinar, para analisar o questionamento. Para tanto, escolhemos Paulo Freire em sua obra “Educação como prática de liberdade” (2011). Ele é o caminho que nos serve de guia, como um contraponto para esse tempo assombrosamente bruto e desconectado das sensibilidades. Por meio de sua concepção educacional, baseada na prática da liberdade, no reconhecimento da cultura que a criança traz consigo e na construção de um saber concreto, dialógico e significativo, refletimos acerca da construção da emancipação dos sujeitos.

A observação que realizamos é conceitual e empírica, pois se inicia pelos marcadores ontológicos do indivíduo na perspectiva heideggeriana do *Dasein*. Esses marcadores são observados nos registros artísticos brincantes do Plano Educacional Individualizado (PEI).

OBJETIVO

Apontar o PEI como um recurso ontológico-artístico - porque voltado às especificidades sensíveis (emocionais, biológicas, culturais, contextuais e familiares) – que se configura como representação do *Dasein* heideggeriano: princípio existencial que serve de base ao docente no reconhecimento descritivo/narrativo da criança/adolescente com quem ele lida no seu exercício pedagógico.

MÉTODO

A pesquisa fenomenológica, descritiva e qualitativa, pensa acerca da formação do docente da Educação Básica e, inevitavelmente, nas crianças e em suas infâncias. Não há como conceber o conhecimento fora da figura de um sujeito educador ou alheio à concepção de uma representação físico-simbólica de um sujeito ‘aluno’, nem mesmo há qualquer possibilidade de separá-lo de suas experiências como o infante que, um dia, ele foi.

Hoje, quando defendemos que as figuras docente e discente aprendem quando compartilham conhecimento, não defendemos somente o que entendemos como forma de aprendizado, mas como um ‘modo de ser’ do humano. Desse modo, quando humanos se encontram e se conectam, há desvelamentos que acontecem nesse evento de natureza ontológica, pois “a verdade deve ser arrancada primeiramente dos entes. O ente é retirado do velamento. O desvelamento em seu fato é, ao mesmo tempo, um *roubo*” (Heidegger, 2002, p. 291). Assim, o ‘roubo’ representa a totalidade do ser que se constrói naturalmente pela verdade.

A Constituição Brasileira admite que o conhecimento é um direito de todo cidadão. Entretanto, a despeito da Lei, muitos ainda se encontram apartados de suas autonomias e acessos. A emancipação humana, de acordo com Heidegger, nasce quando, de posse de seus direitos e reconhecendo limites civilizatórios (leis, decretos, regimentos e outros), o homem pode se expressar com liberdade acerca de si, do outro e da vida, expondo ideias, sonhos e sentimentos. A isso, supomos a nomeação do *Dasein* heideggeriano ou do cuidado de Freire: a configuração da independência do ente humano dos demais entes, inscrita por intermédio da linguagem que permite ao ser razoar, sentir, duvidar, debater, nomear e amar.

Isso posto, para que a emancipação se efetive, há de se considerar certos elementos fundamentais e a Arte, como resultado de potências humanas, pode nos oferecer caminhos. Entendemos esses elementos artísticos numa correlação com o Plano Educacional Individualizado (PEI) - registro concebido como recurso pedagógico que planeja e adapta o ensino às necessidades específicas do sujeito com deficiência, apresentando e analisando, a partir de marcadores ontológicos, o sujeito ali descrito. A intenção de construção de um PEI se alinha à construção de um 'rosto' identitário para o sujeito naquele período (semestre/ano letivo do aluno). Aqui, defendemos que o PEI pode ser um espelho fidedigno do tempo/espço vivido em termos de experiência e experimentações do sujeito.

RESULTADOS

As concepções descritas não prescrevem teorias fechadas. A partir do que as autoras compreendem como Pedagogia da Diferença, inserida na Filosofia da Deficiência, elas apontam para princípios a serem adotados no PEI: a) desde a primeira infância, o sujeito precisa da Arte. A Arte é uma brincadeira séria, elemento-chave para uma formação empática e respeitosa. A Arte, por meio da experimentação estética (experiências individuais e coletivas com sensações artísticas), possibilita ao sujeito olhar para dentro de si e olhar para o outro, levando-o ao refinamento desse olhar e motivando-o à autonomia; b) as escolas precisam valorizar as expressões artísticas, pois elas ressignificam a existência ao possibilitarem polissêmicas formas de expressão (na música, no desenho, na literatura, no cinema, entre outros modos), assim como compartilhamentos sensoriais e descobertas de outras capacidades com características ainda desconhecidas do sujeito; c) em termos cognitivos, biológicos, sociais e culturais, a Arte contribui promovendo seu desenvolvimento ao oferecer territórios interativos, criando realidades ricas no combate à desigualdade social, ao preconceito, ao bullying e ao racismo, pois a Arte transmuta realidades, permitindo trocas simbólicas em nome da diversidade; d) a Arte é elemento agregador entre diferentes e iguais, reavivando memórias e reminiscências humanas, evocando pertencimentos e ancestralidades.

Desse modo, a Arte é revolucionária no processo inclusivo, pois toca em lugares e pertencas onde antes não existia qualquer possibilidade de saída. Como concebe Freire em Pedagogia da Esperança (2013), a inclusão é mais do que um compromisso político e pedagógico. Ela é a comemoração das diferenças, não apenas uma adaptação à

equivalência. Ela exige equidade, acontecendo quando o que se aprende, com a diversidade, valoriza a narrativa de vida de cada criança/estudante, incluindo nisso, a episteme libertária de uma sociedade que se repensa em termos históricos e sociais.

CONCLUSÃO

Este artigo reflete sobre a formação docente na Educação Básica pela perspectiva inclusiva cujo eixo norteador está na Arte. A inquietação sobre como o professor pode atuar diante das diferenças, fez surgir o problema da pesquisa e a necessidade de um recurso ontológico-artístico que colocasse em perspectiva as subjetividades dos sujeitos.

Diante disso, os pensamentos freiriano e heideggeriano servem de instrumentos de reflexão acerca da emancipação humana, como um acontecimento da linguagem. A Arte, nesse contexto, promove o *Dasein*: legítima experiência de reconhecimento de si e do outro no ato de se expressar e ser ouvido.

Nesse entrecruzamento filosófico, a Arte sai da esfera didática para a político-ética, criando espaços de escuta e tornando as salas de aula criadoras de encontros entre mundos, rompendo silêncios e valorizando singularidades. O PEI emerge como ferramenta fundamental, pois longe de ser um recurso burocrático, ele desafia o docente a perscrutar afetos e vivências, funcionando como dispositivo estético-filosófico, destinado a ajudar o *Dasein* a se reconhecer. A partir dessa compreensão da Arte, a elaboração do PEI nasce de um olhar para a existência do discente com o objetivo de criar aprendizagens emancipatórias e significativas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**, partes I e II. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.